



ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 3 DE OUTUBRO DE 2012

Acta n.º 27

Ao terceiro dia do mês de Outubro do ano de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:35 horas, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e sete de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2013, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do lançamento de derrama para o ano de 2013, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da adesão do município ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local; -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: Carlos Eduardo da Silva e Sousa (PSD), Francisco João Magalhães Calhau (PSD), Luis Manuel Gomes Fernandes (membro suplente PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Nuno Lage e Lisboa (membro suplente PSD), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Francisco José Pereira Oliveira (PS), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Paulo Alexandre Marcelino Vieira Xufre (membro suplente PS), Carlos Duarte Vieira Gabriel (PSD), Maria Isabel Rodrigues Mateus (PSD), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), Carlos Alberto da Volta Milheiro Lima (PS), Pedro Tiago da Costa Chambel Farinha (PSD), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Miguel Alexandre Correia Mesquita (PSD), Ana Luísa Sousa Simões (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira - Hélder Manuel Rodrigues Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge Miguel Valente de Sanches Vicente, Presidente da Junta de Freguesia da Guia - Joaquim Manuel Correia Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água - Indaleta Maria Ribeiro da Ponte Cabrita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Vice-Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo, dos Vereadores em regime de permanência, José Manuel Bota Sequeira e Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, e do Vereador em regime de não permanência David Martins. -----

FALTAS: Vitor Manuel Clemente da Silva (PS), Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Florbela de Jesus Palma Caixinha (PS).-----



SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos Membros, Vitor Clemente, Paulo Freitas e Florbela Caixinha, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas, os Membros, Luís Fernandes, Nuno Lisboa e Paulo Xufre. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia passa a palavra ao público presente. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Carlos Ventura: "Estou aqui mais uma vez para tentar valorizar-me, evidentemente que há pessoas que não gostam que eu venha cá, mas eu venho sempre e virei sempre mesmo que haja algum tipo de ameaça no sentido de tentar calar as pessoas. Foi debatido a semana passada sobre a habitação das casas sociais. Quer dizer, há pessoas que ganham duzentos e tal euros e pagam cento e tal euros de aluguer, há outros que têm os salários maiores, acabam por pagar uma diferença enorme, como cidadão comum pergunto quais são os critérios que dão as casas às pessoas, como cidadão tenho a autonomia de dizer que temos de fazer atenção quando estamos desse lado, tentar conectar com este, faz-se atenção, senão vais ter represálias. Partiu da Assembleia Municipal, por falta de verbas encerraram as piscinas, eu pergunto a quem tem o dever de dizer, qual é o plano para as piscinas, ponho a questão sobre a mesa a situação que eu ouvi dizer que as piscinas foram fechadas por falta de verbas. Segundo bem entendi, as piscinas fecharam porque vão privatizar as piscinas e pelo que consta vai ser aberto em Janeiro. Há pessoas que já pagaram as piscinas e entretanto parece que vão privatizar. Eu pergunto, o dinheiro das piscinas foi com os contribuintes de Albufeira, eu pergunto se têm o direito de privatizar o lixo, privatizar a limpeza, privatizar vários pontos de situações aqui em Albufeira, como todos nós aqui sabemos. Na realidade vocês governaram bem Albufeira? Eu nasci em Albufeira, vi Albufeira ser uma terra linda, como cidadão é normal que eu diga aqui a pessoas que ainda não tinham nascido quando eu conheci Albufeira, e para tentar dizer o seguinte, houve uma pessoa que me disse, nunca fizeste nada pelo teu país, e eu digo, o que é fazer alguma coisa por este país? É estar aqui, como cidadão a tentar dizer o que se passa nesta terra, quer dizer, eu tenho aqui uma dívida de água, para o senhor Presidente Desidério, que não está aqui presente, perguntei qual era a quantidade de água que se devia, se era quatro ou cinco, eu penso que as respostas têm de ser dadas mais ou menos como deve de ser, evidentemente que todos nós nos enganamos, e o senhor Presidente disse que a água devia-se à volta de cinco milhões, entretanto, por mero acaso, eu vim a saber que se deve de água à volta de dezanove milhões de euros. Ora, de cinco milhões para dezanove milhões já vai uma grande diferença, eu pergunto qual é a verdade e qual é a mentira? A Faceal, como já aqui falamos, fiquei a saber que a Faceal foram realmente três milhões e meio, entretanto deram oitocentos mil euros e o resto vai ser dado até dois mil e quinze. Na conclusão, eu como cidadão comum, eu



tento saber o que se passa na terra em que eu vivo, onde eu pago os meus impostos. Eu tento falar com o coração, mas o que eu vejo é o seguinte, nesta terra todos nós sabemos que há pessoas que querem comer e não têm, há dificuldades enormes, assim como há no país. Outra coisa que é o seguinte, o caso dos carros, no outro dia havia seis grandes bombas, e outros que são da Câmara, eu não tenho nada de estar a pagar o gasóleo para vocês terem grandes carros, porque não fazem como o Presidente da República Francesa, que foi recolher os carros e disse que os trabalhadores da função pública têm de ir no carro deles como os outros trabalhadores vão, e eu vejo muitas vezes aqui carros da Câmara quando as pessoas vão almoçar, e vi pessoas que tinham uma certa responsabilidade, que ia levar a filha à escola e ia buscar, e como estamos em deficiência, eu pergunto a essas pessoas que têm esses carrões, se são capazes de chegar à conclusão de entregarem os carros à Câmara e venderem os carros e comprarem carros mais pequenos, e fazer o controlo dos próprios carros. Se entendi bem, penso que existem cerca de trinta autocarros da Câmara. Gostaria de saber exactamente qual é a quantidade de dinheiro que a Câmara dá para as associações, e as associações merecem realmente esse dinheiro? Eu gostaria que a oposição pudesse falar em relação às perguntas que eu fiz, se da outra vez eu perguntei à oposição se podiam dar resposta, porque as pessoas responsáveis daqui não me davam resposta, e inclusivamente eu ia-me embora porque as respostas não eram dadas, mas hoje vou esperar um bocado para ver se me dão resposta." -----

Vice-Presidente da Câmara: "Relativamente à privatização das piscinas, não está previsto, nem está pensado fazer essa concessão, quanto à abertura em Janeiro em princípio sim, depende de como será a evolução de toda esta situação em que estamos. Relativamente à questão dos autocarros e ao dinheiro para as associações, quero dizer o seguinte: os autocarros que a Câmara tem são essencialmente para transportes escolares, do percurso casa-escola, escola-casa, diariamente e também se inclui as visitas de estudo desde o pré-escolar ao ensino secundário. Em relação aos transportes de fim-de-semana, que é a esses que se refere quando diz que há uma associação que lhe foi negado um autocarro, foi a essa associação e foi a várias, nós neste momento não estamos a ceder autocarros para sair fora do Algarve, essencialmente para clubes desportivos das classes jovens, que fique bem claro, das classes jovens. Relativamente ao dinheiro cedido às associações que falou, há dias disse aqui, foram dadas apenas a duas associações por razões óbvias, a Associação dos Bombeiros, da AHSA, e a Associação de Caçadores e Pescadores de Albufeira com sede em Paderne, que é um protocolo existente já há alguns anos, pois a associação faz a gestão da reserva municipal de Albufeira, portanto não é um subsídio em si, é um protocolo assinado entre a Câmara e essa associação para a gestão da reserva. Em relação ao subsídio atribuído à associação dos Bombeiros com certeza que não vai dizer que é inútil, acho que é bastante útil e fundamental, porque senão provavelmente



já teriam fechado, e a AHSA é uma questão de acerto de vinte mil euros que foi dado este ano, quanto ao resto, a mais associação nenhuma foi dado dinheiro este ano. Aquele que está a ser pago este ano, são eventualmente protocolos que tinham sido assinados nos outros anos. Relativamente à dívida da água, vencida, temos entre dezasseis e dezassete milhões, não posso precisar o número, mas é à volta de dezassete milhões"-----

Não havendo mais intervenções por parte do público, nem correspondência o Presidente da Assembleia dá início ao período da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

PONTO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da taxa municipal de Direitos de Passagem - Lei das Comunicações Electrónicas com referência ao ano de 2013, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Este ponto insere-se, com certeza, com a questão que tem a ver com o ponto três da ordem de trabalhos, e para o qual, somos, por assim dizer, obrigados a tomar uma posição. Já na anterior Assembleia Municipal foi referenciado que estávamos perante um projecto, um programa, que tem para com este município consequências gravosas. O lançamento da derrama, o IMI que aprovámos na última Assembleia, todas as medidas que vamos aprovar, ou que eventualmente serão aprovadas por esta Assembleia, em função da adesão a este programa vão acarretar situações bem mais complicadas para a população de Albufeira. Tudo isto acrescido das medidas, embora de uma forma pouco definidas, está-se a tornar relativamente àquilo que os cidadãos vão ter que suportar em termos de encargos fiscais. Para além de tudo o que diga respeito ao cidadão como contribuinte em termos nacionais, temos ainda a obrigação de ver agravados os impostos municipais, as derramas, e todo o tipo de taxas e coimas, e eventualmente receitas que a Câmara possa ter. Perante isto eu acho que é evidente, costuma-se dizer que bater já numa situação que já está mais do que batida, "bater no ceguinho", bater numa posição que de facto vai alterar a economia, que vai levantar problemas no futuro, não só em termos das receitas, que é outra questão, na verdade as medidas têm sido adoptadas, pelos vistos em termos nacionais têm trazido um decréscimo das receitas e naturalmente que o tecido social e económico em Albufeira vai ter essa repercussão. Não sabemos até que ponto a situação em causa, com o aumento destas taxas e destes impostos trarão mais receitas para o município. No âmbito da derrama, e de todos os outros pontos que a seguir virão a ser discutidos, a questão que se coloca aqui é que de facto, estamos a pagar, todos, por uma má gestão, e por uma gestão incoerente relativamente a estas



situações. Sabemos que desde dois mil e sete, dois mil e oito, pelo menos a bancada do Partido Socialista tem vindo a alertar para os decréscimos nas receitas relativamente ao município, lamento no que diz respeito ao orçamento. Colocaram-nos então perante uma situação incontornável, na verdade é que na adesão a este plano com estas consequências poderia perfeitamente ter sido contornada, tendo em consideração que há outros municípios, não necessariamente só do Algarve, mas de todo o país, que de facto não vão ter de aderir ao PAEL. E portanto, o que aqui nos confunde é que passamos de uma Câmara que em dois mil e seis, dois mil e sete tinha suficientes recursos para uma Câmara que está profundamente endividada. É com bastante tristeza que verificamos que este programa vai recair não sobre as Câmaras Municipais, não sobre quaisquer outras instituições, mas sobre os munícipes, e mais uma vez os munícipes vão ter que suportar a gestão incoerente que desenvolveu a Câmara. Tenho também de deixar, no fundo uma ideia de alguma tristeza com o facto do principal responsável por estes doze anos de gestão do município não estar aqui e dar a cara por estas situações, porque em todos os outros momentos esteve presente, mas vê-se efectivamente as pessoas quando as dificuldades aparecem, e é quando as dificuldades aparecem que nós precisamos das pessoas, efectivamente verificamos que há aqui uma situação em que as pessoas se demitem, ou têm vindo a se demitir neste tipo de situações, o que é triste, eu como membros desta Assembleia Municipal e perante os munícipes tenho alguma dificuldade em lhes explicar o que está exactamente a acontecer, e digo-lhes mesmo sem qualquer carácter político ou partidário, o que é facto é que todos somos cidadãos de Albufeira, todos somos cidadãos nacionais e temos com certeza de pagar isto, de uma forma muito difícil, muito complexa, alterando, como disse, o tecido económico e social, e vamos ver se com estes aumentos vamos efectivamente aumentar a receita."-----

Francisco Calhau: "Apenas para dizer que o PSD não concorda com os considerandos que foram feitos, mas também como foi dito ao longo destes considerandos, teremos a oportunidade ao longo desta reunião para falar sobre isso."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Luis Fernandes, Francisco Oliveira, Paulo Xufre, Carlos Lima e Sara Serra;-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de



Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausência: zero (00) -----

A proposta é aprovada por maioria. -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do lançamento de derrama para o ano de 2013, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Não querendo maçar, faço as minhas palavras as que referi no ponto anterior, e penso que toda esta questão poderá ser discutida numa explicação um pouco mais pormenorizada do PAEL, eu verifiquei ter havido realmente uma reunião na Câmara Municipal para explicação dessas situações, para a qual a bancada do Partido Socialista não foi convidada, no que diz respeito aos membros da Assembleia Municipal, e estranho porque não é essa a situação habitual, mas estranho que venhamos para esta reunião para decidir algo sem que realmente nos tenham dado alguma noção exacta das questões. Devo dizer que recebi ontem, devidamente actualizados, os quadros, e posso evidenciar que a nossa capacidade de estudo deste assunto, ainda para mais não somos técnicos na matéria, nos leva realmente a ter inúmeras dúvidas sobre toda esta questão, pelo que a Assembleia Municipal, ou a Câmara Municipal, ou quem de direito deveria ter promovido, como em outras alturas promoveu, eu recordo-me que quando foi para a votação de um parque temático a realizar na zona de Albufeira foi feito uma sessão de esclarecimentos para esse efeito, perante uma situação destas, em que estamos perante o hipotecar a Câmara Municipal durante vinte anos, nada foi referido, são-nos entregues os documentos no dia anterior. "-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Luis Fernandes, Francisco Oliveira, Paulo Xufre, Carlos Lima e Sara Serra;-----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte (20) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Pedro Farinha, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Presidente da



Junta de Freguesia de Paderne.-----
 Ausência: zero (00) -----
 A proposta é aprovada por maioria. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da adesão do município ao PAEL - Programa de Apoio à Economia Local; -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Vice-Presidente da Câmara: " Relativamente ao PAEL, vou fazer aqui uma pequena introdução, depois iria passar a palavra ao Professor Carlos Lobo que é da "Ernst & Young" que fará uma micro apresentação do programa que temos em discussão em termos de candidatura. Quero-vos dizer que esta candidatura foi feita num período quase recorde, o que deu origem a esta candidatura foi publicado numa sexta-feira à tarde e foram concedidos vinte dias seguidos, incluindo Sábados e Domingos, claro, como tivemos de ter opinião da Câmara Municipal e dar o devido prazo para que a Assembleia Municipal se pronunciasse, que é hoje, e como o período acaba amanhã, logicamente estamos perante um período de tempo muito reduzido, e extremamente concentrado para o preenchimento e a elaboração de toda esta documentação. Quero realçar os trabalhos dos técnicos da Câmara Municipal, neste sentido, porque passaram noites sem dormir, é natural que tenha surgido ontem essa documentação ainda com algumas alterações, obviamente, não significa com isto, com certeza não haja uma gralha, de um número, de uma troca de números, enfim de uma falha, porque no fundo isto é um trabalho que ainda não está acabado, isto é um percurso que está a ser agora, rapidamente, iniciado, iniciou-se com a publicação da Portaria, com a proposta à Câmara Municipal, com a proposta da Câmara para esta Assembleia Municipal, seguirá para uma comissão amanhã, caso seja aprovado claro, para uma comissão de análise, posteriormente irá a despacho à administração local e das finanças, e posteriormente irá ser enviado para o Tribunal de Contas, e só depois de tudo isto visto e revisto por várias entidades é que teremos então a possibilidade de conseguir que esses fundos venham a ser pagos, daquilo que é o apoio à economia local. Quando nós falamos que o município de Albufeira tem uma dívida muito grande às Águas do Algarve temos que ver que foi uma opção, em termos de pagamentos a pequenas e médias empresas, a micro empresas, que muitas vezes se dirigiam aqui ao edifício onde vinham reclamar por quinhentos euros, trezentos euros quase a chorar, que lhes fazia muita falta, logicamente optámos em ter como prioridade o pagamento a essas pessoas, a essas pequenas e micro empresas um pouco em detrimento daquilo que era a grande empresa Águas do Algarve, que supostamente terá muito melhores condições para se aguentar, digamos assim. Pode-se questionar se é positivo, se é negativo a candidatura a este programa, a este financiamento. Temos de ver em que condições estamos, e se não



estivéssemos nestas condições obviamente que não era positivo, não é com certeza com gosto nosso, que vamos aumentar as taxas do IMI, que vamos aumentar a derrama, ligeiramente, relativamente ao ano passado zero setenta e cinco às empresas com menos de cento e cinquenta mil euros de facturação, superior a cento e cinquenta mil e zero setenta e cinco para inferior já estava no ano passado, quanto aos direitos de passagem, são zero vinte e cinco sobre as comunicações fixas, não representa grande coisa, nem em termos de despesa, nem em termos de receita, se nós pensarmos que esta situação, que nós temos uma dívida à volta de trinta e poucos milhões de euros, mas se reparamos e virmos num dos quadros que está no relatório em dois mil e sete o IMT recebido foi vinte e sete milhões de euros, em dois mil e onze foram sete milhões, foram vinte milhões de euros de diferença entre dois mil e sete e dois mil e onze. Valores acumulados de dois mil e sete e dois mil e onze, são números calculados pela AMAL em termos comparativos, houve uma queda de receita acumulada de cinquenta e sete milhões de euros de dois mil e sete a dois mil e onze, portanto bastaria isso, praticamente, para pagarmos todas as dívidas. Não tínhamos neste momento dívidas se isso continuasse assim. À parte disso tínhamos uma receita que era significativa e deixou de o ser, porque tínhamos seis milhões de euros que recebemos em dois mil e sete em termos de taxas e licenças de construção, loteamentos, urbanizações, e em dois mil e onze recebemos quatrocentos mil euros, portanto estão a ver de seis milhões para quatrocentos mil vai uma diferença. À parte disto, como sabem, deixou de haver a possibilidade de candidaturas para investimentos a nível do Algarve, com este quadro comunitário, dois mil e seis a dois mil e treze, obviamente que quando se fazia obras, oitenta e cinco por cento a fundo perdido, isto era uma maravilha, a partir do momento em que isso deixou de poder acontecer, qualquer coisa que se faça, o caso de uma escola, o caso de um pavilhão, foi tudo feito praticamente com fundos próprios do município, temos empréstimos à volta de trinta milhões de euros, empréstimos activos, claro, empréstimos que vêm do passado, mas recorro que são empréstimos que tiveram aprovação da Câmara Municipal e desta Assembleia Municipal, e em particular, quase todos por unanimidade, houve algumas abstenções do próprio Partido Socialista, e foram empréstimos apenas dirigidos para obras, para investimento portanto, temos o caso de pavilhões, de escolas, o caso da entrada em Albufeira, temos o caso de instalações municipais, reservatórios de água, pois tudo isso."-----

Professor Carlos Lobo: " Estou aqui em nome da "Ernest & Young", que foi escolhida pelo município de Albufeira como sendo a consultora que auxiliou o município de Albufeira na realização deste PAEL, em primeiro lugar gostaria de salientar o agradecimento aos serviços da Câmara Municipal, da Divisão Financeira, porque nada disto teria sido possível sem o esforço que efectivamente foi feito neste curto espaço de tempo, no sentido da definição, não só do histórico que existia, quer na definição e



na concretização do que foi feito. O que está aqui é um trabalho conjunto da "Ernest & Young" com o município de Albufeira, mas, como eu referi assenta muito precisamente nos dados que foram possíveis desenvolver. O enquadramento, este documento consiste em dois planos, temos um plano de apoio à economia local, que abrange um valor de empréstimo de vinte vírgula um milhões de euros e um plano de reequilíbrio financeiro que envolve um empréstimo de dez vírgula um milhões de euros. Porquê? Porque o PAEL aplica-se unicamente a dívidas até trinta e um de Março de dois mil e doze, e de trinta e um de Março de dois mil e doze foram-se gerando outras dívidas que não estão enquadradas no PAEL. Aqui houve uma situação curiosa, porque quando saiu a legislação inicial do PAEL, o município de Albufeira tinha vinte e oito milhões de dívida anterior a trinta e um de Março, o que é que aconteceu? Durante o exercício foram-se gerando recursos para pagar dívidas antigas, nos termos das regras aplicáveis, os recursos foram aplicados na liquidação das dívidas antigas, em sequência, o que é que isto originou? Originou na prática, que dos oito milhões que poderiam ter sido exigíveis para o PAEL desapareceram e foram gerados parte dos dez milhões que estão agora em reequilíbrio financeiro, esta é a explicação que existe. Ponto número um da razão do PAEL, temos trabalhado com o município de Albufeira há cerca de um ano, sempre com a tentativa de encontrar um equilíbrio, que era um processo muito mais leve na perspectiva da imposição de obrigações ao município. Durante cerca de um ano e meio, nunca se conseguiu qualquer disponibilidade, por parte das instituições bancárias, no financiamento da operação, nessa medida nunca se desenvolveu o plano em si mesmo, porque na prática estava impedido de ser realizado. É por essa razão que foi decidido pelo município de Albufeira, a intenção da aprovação do PAEL, de aderir, porque de facto, hoje em dia, face às imposições que estão a ser aplicadas aos bancos, e face à situação económico-financeira, que obriga os bancos a desinvestir no sector público, é um problema que nós temos de ultrapassar rapidamente. Entretanto, temos aqui neste momento um PAEL, para as dívidas, para o reequilíbrio, para as dívidas supervenientes, as projecções aqui foram feitas de forma diferenciada, quando o senhor Vice-Presidente referiu que isto era um processo complicado e difícil, é verdade, até que nós só soubemos qual era a taxa de juros aplicada ao PAEL na quinta-feira passada, a projecção para o reequilíbrio foi feita de uma forma muito conservadora, com uma taxa de juros de oito por cento. Obviamente, que esta questão do reequilíbrio a vinte anos pode ser renegociada a todo o momento, sempre que houver oportunidade para o efeito. Mas aqui têm que entender que são dois planos que se cruzam num único plano. Causas do desequilíbrio, o senhor Vice-Presidente já referiu, há um desfasamento. Os municípios do Algarve foram particularmente afectados pela crise. Nós temos uma crise económica mas com uma repercussão extremamente significativa no mercado imobiliário. E o mercado imobiliário era o motor da economia algarvia, numa perspectiva de geração de receitas para as



autarquias. Isso também foi uma questão das Lei da Finanças Locais de dois mil e sete, quando começou o movimento da redução das transferências para as autarquias, partindo sempre do princípio que as autarquias assentavam no modelo do desenvolvimento do imobiliário manteriam sempre as suas receitas, de facto isso não se verificou, como disse o Vice-Presidente as perdas de IMT, e as perdas de licenças urbanísticas foram perdas muito significativas, no que diz respeito às receitas dos municípios. Porém, independentemente desse facto, o facto é que também se verificou uma redução das transferências do orçamento do estado para os municípios do Algarve. E os municípios do Algarve mantiveram a sua infra estruturação, basicamente as infra estruturas são geradas para uma população entre três a quatro vezes superiores à população residente, na média do Algarve. Isto significa que como os municípios não têm capacidade de extrair receitas directamente da actividade económica que é beneficiária desses turistas, não tendo a participação no IRC gera-se aqui um desequilíbrio que é transversal a toda a costa Algarvia, não há um município no Algarve que não tenha uma situação bastante complexa, nestas variantes. Os principais pressupostos deste PAEL assentam, como não poderia deixar de ser, quando temos um desequilíbrio nós temos que conceber um equilíbrio orçamental do município, ao contrário dos impostos, por exemplo se eu aumentar o custo do tabaco as pessoas não deixam de fumar, esquece, quanto muito vão comprar os cigarros a Espanha, se aumentar o ISV deixa-se de comprar carros, agora os impostos das autarquias são impostos que assentam em padrões rígidos, na prática a receita de um IMI é uma receita muito rica, por isso nós quando fizemos estas projecções, fizemos umas projecções que assentam num movimento de aumento de receita, mas também com uma desertificação de um padrão de incumprimento. Relativamente ao IMI, procedeu-se a uma investigação entre dois mil e treze e dois mil e quinze, e prevê-se um crescimento de trinta e sete vírgula dezasseis por cento na receita, que correspondem precisamente à subida da taxa do IMI, que é obrigatório por via do plano de reequilíbrio. Ou seja, enquanto que no PAEL poderia manter-se a taxa de zero vírgula quatro, uma vez que existe o plano de reequilíbrio, essa é obrigatória nos termos da lei. Estas projecções que aqui estão assentam na realidade dos imóveis de Albufeira, ou seja foi feita uma simulação com todos os imóveis de Albufeira, e foram feitas as reprogramações com o património tributário e a aplicação das novas taxas de IMI. Relativamente ao IMT tivemos uma previsão muito conservadora, ou seja, uma redução de IMT e depois a partir de dois mil e vinte e dois um crescimento à taxa de dois por cento. Relativamente às transferências, ainda há pouco foi suscitada a questão das transferências para as associações, e vê-se uma redução do valor de dois mil e treze a voltar para o valor de dois mil e onze, de dois mil e catorze em diante uma redução para uma taxa média de oito por cento, ou seja, há aqui uma redução da despesa com esta situação. Venda de bens e serviços, temos aqui um valor na média dos últimos dois



anos com um crescimento de dois por cento ao ano, excepção vai levar, com as alterações que foram feitas evoluirá em dois mil e treze, e cinco por cento nos anos seguintes, é a adaptação, porque o município de Albufeira, como bem sabem, a dívida às Águas de Portugal radica no facto de o município de Albufeira durante muitos anos ter tido um tarifário da água abaixo da média nacional, que significou que durante estes últimos anos, o município de Albufeira esteve a subsidiar o abastecimento de água à sua população. Outra obrigação do PAEL é saber cumprir as recomendações da ERSAR, e neste momento, com este tarifário, o município de Albufeira cumpre as regras da ERSAR. Relativamente às outras receitas, temos aqui uma variação muito residual, mas para além da maximização da receita, temos de pensar também na minimização da despesa, e a medida com mais efeito tem a ver com a contratação de pessoal. Foi feita uma simulação a nível de aposentações, e verificou-se que vai haver uma significativa redução do pessoal do município de Albufeira. Aquisição de bens e serviços, temos também um decréscimo, entre dois mil e catorze e dois mil e dezanove para uma taxa de dois vírgula sessenta e cinco por cento, e depois uma tendência, para dois mil e quinze, de crescimento de um e meio por cento. Em relação aos juros e encargos foram considerados os empréstimos de médio e longo prazo, as amortizações, os juros do PAEL, o reequilíbrio financeiro, taxa de juros de oito por cento, prevejo que se calhar conseguimos ter uma taxa de juros inferior dadas as condições do plano. Em relação a transferências correntes, valor das transferências para as freguesias dez por cento inferior a dois mil e doze, temos uma redução de dívida remanescente face a dois mil e onze, transferências de capital também um decréscimo, e estas são as medidas que baseiam estas variações, fixação das taxas máximas de IMI, a optimização das taxas municipais, outro mandamento ao nível do PAEL e dos planos de reequilíbrio, temos aqui também a taxa municipal de protecção civil, a venda de patrimónios, e eventualmente, embora aqui não esteja vinculado a possibilidade de existir a concessão a nível de água e saneamento, podem reduzir significativamente a despesa do município, se houver, obviamente, vantagens económicas. Recolha de resíduos sólidos até final de dois mil e treze e a construção do crematório penso que são opções do município. Nas medidas de despesa, as regras de redução da despesa, ou seja, neste caso, o município vai ter de desenvolver um trabalho positivo de contratação no sentido de centralizar uma série de serviços, vai ter de renegociar contractos de fornecimento, verificou-se uma redução da despesa, neste ano de dois mil e doze, desceram muito significativamente face aos anos de dois mil e onze e dois mil e dez. Qual é o impacto do plano? Como eu digo, temos uma combinação do PAEL com o reequilíbrio financeiro, com o pagamento da dívida remanescente, com o objectivo que haja uma sustentabilidade a médio e longo prazo das contas do município de Albufeira, a situação é que ficamos com uma redução da dívida a curto prazo de dois mil e onze para dois mil e doze, é dívida estrutural, ou seja, que passa de ano para ano, não se incumprem prazos de pagamento,



basicamente é um saldo que vai passando de ano para ano, ou seja, nós conseguimos fazer um ajustamento com estas medidas em dois mil e onze e dois mil e doze. A curiosidade, é que no município de Albufeira com este plano, nós conseguimos logo em dois mil e treze não ter excesso de endividamento líquido do município de Albufeira, ou seja, estamos num limiar, em que tomando estas medidas imediatamente, conseguimos eliminar o excesso de endividamento, por isso é mantida a capacidade de investimento da forma como está prevista no plano. Relativamente aos movimentos, verificamos logo em dois mil e treze um saldo zero em receita e despesa, ou seja, se estas medidas forem tomadas prevemos que o défice seja zero, significa que se vá cumprir toda a legislação das finanças públicas, ou seja, temos aqui um ajuste rápido e imediato da situação financeira. Porque o problema do município de Albufeira radica basicamente na impossibilidade de contratação de financiamento de crédito, nos últimos dois anos para fazer face às dívidas de curto prazo, com o vencimento sucessivo de empréstimos de médio e longo prazo e amortização, ou seja, na prática significa que em termos fluxos, enquanto que em termos orçamentais se chama situações de défice, em termos financeiros, na prática, temos de efectuar amortizações significativas sem a capacidade de se realizar novos empréstimos para manter o nível de endividamento, e na prática existiu uma concentração ao longo destes dois anos de uma sobrecarga das dívidas passadas, com a impossibilidade de contratar empréstimos. Para o futuro o que é que isto gerou? Gerou, obviamente, dívidas a fornecedores, quem é que passou a financiar o município? Não foram os bancos, foram os fornecedores, é o que explica o vencimento da dívida que existe. Estou disponível para responder a todas as perguntas que queiram colocar, como disse o Vice-Presidente, isto é uma síntese, na prática é necessário verificar uma a uma todas as notas de dívida, todas as notas de crédito, verificar as projecções, verificar todo o valor patrimonial dos edifícios, fazer o recalcule de todos os valores patrimoniais tributários, do efeito da derrama, cruzar o plano de apoio com o plano de reequilíbrio no sentido de fazer isto da forma menos onerosa possível para o município. Obviamente que existem algumas imposições que nós não podemos esquecer, devo dizer-vos que este plano nunca foi feito com um pressuposto que vai haver um ajustamento rápido de crescimento económico, manteve-se um padrão de estabilidade, de estagnação económica ao longo do próprio plano, porque era obrigação, isto é um plano conservador."-----

Francisco Oliveira: "A minha questão, é toda ela em termos económicos, o que estamos a verificar em termos nacionais é exactamente o aumento das taxas de imposto, do esforço que é exigido à população. Quando este governo tomou posse deu indicação de que os portugueses estavam a gastar acima das suas possibilidades, e de facto os portugueses, muito bem-mandados, retraíram-se e retraíram-se no consumo. Com esta derrapagem relativamente ao Orçamento de Estado, o senhor Primeiro-Ministro há uns dias veio dizer que a culpa de tudo isto era falta de consumo, ou seja, estamos aqui



perante uma situação em que estamos neste momento a viver abaixo das nossas possibilidades, quer isto dizer que deveríamos gastar mais. Isto só para introduzir que nestas previsões, pode haver uma dinâmica positiva como pode haver uma dinâmica negativa. Eu acho que este plano não deveria chamar-se PAEL mas sim PAEM, porque é de apoio ao equilíbrio municipal e não necessariamente à economia local, porque o tecido económico com este plano, com este projecto, pode de facto interromper, porque aumentamos a derrama, mas as empresas deixam de facturar, o valor da derrama decresce, o único que de facto aumenta é o IMI, porque esse é estático, mas neste caso até aumenta. Mas, há pouco referiu-se que Albufeira tem efectivamente uma população de trinta mil habitantes e chega a ter uma ocupação de trezentos/quatrocentos mil, mas a verdade é que também tem imóveis que pagam o IMI e que efectivamente estão cá e que são utilizados muitas vezes, duas, três vezes por ano. E a minha pergunta é esta: se nós estamos realmente aqui mais uma vez, a fazer uma projecção, quando digo nós, é o município e a assembleia municipal, para entrar aqui um plano que tem vinte anos, passando sensivelmente um cheque em branco porque não sabemos o dia de amanhã, não seria possível fazer um acordo com estas entidades? Eu digo isto por uma razão muito simples, é que dos vinte ou vinte e um milhões que neste momento serão solicitados, eu penso que muito mais que dois terços, na realidade vão para o Estado, ou seja para as Águas do Algarve e para a Algar, que são as dívidas maiores, nós estamos a negociar com o Estado um empréstimo que vamos dar a ele, para fazer este pagamento, e que depois vamos ter de pagar juros sobre esta situação, não vejo aqui uma contra partida em que possa haver um plano de apoio. O Senhor Professor falou na possibilidade das famílias ou as empresas renegociarem com o seu credor a cinco anos ou a dez anos, de uma forma razoável e perante estas situações. Queria perguntar-lhe se tudo isto, para além da questão do IMI, disso não temos dúvida, é a única receita certa, mas que, naturalmente, suportada pelos municípios, não poderá, eventualmente, trazer dificuldade também ao tecido social?"---

Professor Carlos Lobo: "A questão que se colocava, obviamente que tinha de haver um movimento de contracção e, necessariamente, um aumento da receita. O plano de Albufeira tem, efectivamente, esse esforço enorme a nível da despesa, nomeadamente com o pessoal, o cumprimento deste plano vai ser fiscalizado pela Assembleia Municipal, que vai ter uma competência acrescida, no futuro, na fiscalização deste plano. Aqui verificamos, efectivamente, que nós temos esse movimento mas mantemos uma certa capacidade de investimento do município de Albufeira, ou seja, se verificarem ao nível das despesas, aqui estamos um pouco no limiar da legalidade, mas está justificado financeiramente que o município de Albufeira continua a ter esta capacidade de investimento, por isso é que nós não fazemos aqui um corte muito radical, reduzimo-lo mas não eliminamos a despesa de investimento do município de Albufeira. Relativamente à questão do IMI, o IMI aqui é a chave, o facto é que hoje o



IMT é quase uma receita residual do próprio município, qual é a única alternativa que resta? É o IMI, mas o IMI em Albufeira até tem um efeito redistributivo significativo, porque é a única forma que aquela população flutuante, como disse, só vem cá um mês, pode contribuir para a infra estruturação do município, obviamente que os residentes sofrem, mas a carga imobiliária de Albufeira, em termos de habitações e instalações habitacionais é cinco vezes maior que a população residente, na prática quando estamos a cobrar o IMI, estamos também a exigir a pessoas que são de fora de Albufeira, mas que obriga Albufeira a aumentar as infra estruturas, é também um esforço de contribuição, é proporcional, mas pelo menos não é como as tarifas da água, na prática só quem consome é que paga, por isso o IMI tem aqui um efeito, e é rígido, neste caso não se pode fugir, é esse o grande problema, como tudo foge, o que é que é tributado? Aquilo que não pode fugir, o que não pode fugir é o IMI e os trabalhadores dependentes, há um limite de sustentabilidade. Ao nível do IMI aqui em Albufeira se nós verificarmos as despesas de manutenção de infra estruturas urbanísticas e a amortização das infra estruturas produzidas, o valor do IMI bate certo com o valor que o município gasta na amortização das infra estruturas, como disse o Vice-Presidente, não vão ver fundos comunitários no futuro, e o município tem que se precaver com capacidade de renovar e manter as infra estruturas existentes, e da manutenção do próprio stock. Ao nível das tarifas da água também o défice tarifário que existia é eliminado com este PAEL, ou seja, o que é que nós verificamos aqui? Verificamos que este PAEL além de resolver o problema imediato, que é o problema de financiamento, na prática também promove um equilíbrio estrutural das principais variáveis de receita e despesas do próprio município. Estas previsões são muito conservadoras, são muito cautelosas, na perspectiva da evolução, ou seja, tem uma evolução da despesa muito exigente, e aí a Assembleia Municipal vai ter de fiscalizar o executivo, e tem poderes para isso. Relativamente à receita, eu posso dizer que estas projecções partem do pressuposto que mantemos uma estagnação durante vinte anos, o que obviamente esperamos que não venha a acontecer. Em relação à questão da renegociação das dívidas, os municípios são dirigentes na sua capacidade de gestão financeira, na prática, se tivessem oportunidade de fazer sempre empréstimos de médio e longo prazo faziam, de forma a fazer face às despesas do presente. Na prática essa renegociação, que é racional na perspectiva económica e financeira, nos termos da legislação das finanças públicas, e neste caso, o Tribunal de Contas que é quem regula esta matéria é proibida. Alguns municípios fazem, mas estão num limiar com o Tribunal de Contas que vem responsabilizar, ou melhor, fazem de forma disfarçada, no limiar da legalidade financeira, e na prática, é como eu disse, isso é possível, neste caso no quadro do reequilíbrio financeiro. Porquê o reequilíbrio financeiro? Porque, efectivamente, com a evolução de dois mil e onze para dois mil e doze os reindicadores agravaram-se significativamente ao nível da própria projecção.



Programa de apoio à economia local, qual é a lógica subjacente? Aqui é um bocado irrisório porque grande parte da dívida é a entidades do sector público. A ideia é que, se estes cinquenta milhões de euros fossem pagos imediatamente, na prática seriam pequenas e médias empresas refinanciadores, que por via desta injeção veriam um aumento da sua liquidez de forma significativa. A sorte do município de Albufeira é que de facto continua com um índice turístico bastante significativo. É necessário garantir em Albufeira um nível de serviços que mantenha a actividade do concelho. E de facto, só com este plano ou com esta medida é que conseguimos garantir que o município consiga manter um grau de serviço que permita, não só manter o município tal como ele existe, mas também prestar assistência àqueles que mais necessitam. Só com esta oportunidade é que conseguimos garantir o financiamento necessário neste momento, para manter uma certa estabilidade na actividade municipal, nós tivemos um ano e meio a tentar falar com todos os bancos para tentar encontrar financiamento para o município, que é um município que há três anos todos corriam aqui à porta para emprestar, e de um momento para o outro desapareceram todos. Relativamente ao reequilíbrio, temos aqui dez milhões, eu acho que pelo menos o PAEL temos garantido, este plano consegue fazer o equilíbrio estrutural do município, permite o pagamento imediato de cerca de trinta milhões de dívidas, toma as medidas necessárias para que esta situação de estagnação do município se reequilibre, mas é preciso que se continue a trabalhar, que se efectue aqui uma verificação." -----

Vice-Presidente: "Só quero salientar que foi colocado vinte milhões para o PAEL e o que na realidade aprovamos em reunião de Câmara, e agora para proposta da Assembleia são vinte e cinco milhões e quarenta e quatro mil euros. Porque nós tínhamos, até à data trinta e um de Março de dois mil e doze, pagamentos em atraso e faço aqui a referência do que são considerados pagamentos em atraso. São considerados pagamentos em atraso tudo aquilo que ultrapasse mais de noventa dias para além do vencimento da factura, normalmente o vencimento de uma factura é sessenta dias, se somarmos dá cento e cinquenta dias, e à data de trinta e um de Março, que era a data de referência para este programa de apoio havia uma dívida de pagamentos em atraso de vinte e oito milhões de euros, que eram apenas elegíveis estes vinte e cinco milhões que estão aqui na documentação. Vinte e oito milhões era a dívida suposta a essa data e depois apenas vinte e cinco milhões é que são elegíveis, porque há ali um diferencial que são os dez por cento, ordem da obrigatoriedade com o orçamento geral de estado para dois mil e doze, obriga as autarquias a reduzir e também a parte que o município não pagou, não deixou de pagar, aos funcionários tendo em conta o subsídio de Natal e o subsídio de férias, tudo isso teve de ser canalizado, e foi, para pagamentos em atraso. Ao pagarmos essa despesa "descascamos", digamos assim, reduzimos a capacidade de nos financiarmos. Daí a diferença entre os vinte e cinco milhões de euros, eles não vão emprestar os vinte e cinco milhões, porque na



realidade nós à data a trinta e um de Março já só devemos vinte milhões, mas vamos tentar que emprestem os vinte e cinco milhões. A minha ideia era ter pago facturas mais recentes em vez de estar a pagar essas mais atrasadas, mantínhamos o financiamento, com esse quadro da DGAL, só que o Director Geral da Administração Local disse logo que a lei não permitia isso, porque a lei obriga a pagar as facturas por ordem, daí esta diferença entre os vinte e cinco milhões e os vinte milhões."-----

Francisco Oliveira: "Senhor Professor, a minha questão é quando o Senhor Professor falou há pouco sobre a necessidade de submeter à Assembleia Municipal determinado tipo de regras, de empréstimos, de despesas, há depois uma questão extremamente importante, é que não só a Assembleia Municipal terá que aprovar e fiscalizar como também a DGAL, e antes de vir à Assembleia Municipal a DGAL vai ter que autorizar, e o que significa aqui, é quase uma diminuição da autonomia do município. Portanto, o município, neste momento, está sujeito ao poder central. Outra questão que falou, e que me parece com alguma dificuldade é este financiamento de dez milhões, e portanto, todo este PAEL, todo este programa que o Senhor Professor fez, juntamente com os funcionários da Câmara, está assente em cerca de trinta milhões de euros, em que vinte milhões virão do Estado, os outros dez milhões serão de financiamento particular. Outra questão, que é quando refere a redução da despesa, no que diz respeito aos salários, despedir na função pública não digo que é praticamente impossível mas há uma enorme dificuldade, e portanto a reforma ou o despedimento ou efectivamente estarmos à espera que saiam três funcionários para entrar um vai, face ao PAEL, ainda estaremos com um número elevado de funcionários para aquilo que são as necessidades, e portanto a sensação que me dá é que estamos perante estas variáveis, que se percebe que são realmente intenções da Câmara Municipal, mas que têm as suas dificuldades jurídicas, e isto levará, com certeza, a que os custos correntes, a questão do pagamento dos salários com os custos correntes, possa em determinada altura, ser muito superior aos cinquenta ou sessenta por cento, embora eu desconheça os valores. No entanto, estas variáveis levam a que este plano, embora devidamente estruturado, possa falhar porque algumas dessas variáveis não encontram repercussão. Queria só deixar aqui uma nota, é que de facto o executivo, como falou, tem conhecimento do decréscimo das receitas, e portanto estas medidas naturalmente deviam ter sido preparadas há mais tempo. O financiamento se vier, a questão dos funcionários, no fundo nós sabemos que os salários são a grande fatia, e a questão da despesa corrente subir em função dos recursos relativamente ao orçamento do município."-----

Miguel Mesquita: "No que respeita à questão da negociação com o Estado, no que se refere às Águas do Algarve é uma empresa de capitais públicos, tem compromissos, responsabilidades e certamente saberão que neste momento as autarquias do Algarve devem às Águas do Algarve cerca de oitenta milhões de euros, e que muitos dos



projectos que estão previstos para arrancar este ano estão suspensos, e obviamente nós necessitamos de financiamento, e como tal este programa vem combater essa dificuldade. Relativamente à questão da eventualidade da concessão do município dos serviços de saneamento e abastecimento de águas, essa receita eventual seria para enquadrar numa possível redução da dívida imediata?"-----

Carlos Lima: "A minha questão é sobre a garantia ou não sobre esse reequilíbrio financeiro já estar previsto. Depois fiquei com uma dúvida, não percebi se a obrigatoriedade da aplicação destas taxas, tanto do IMI, como todas elas, direito de passagem, se isto deriva da adesão que o município quer fazer com o PAEL ou à reestruturação financeira? Fiquei com ideia que era a reestruturação financeira."-----

Professor Carlos Lobo: "Sim, umas ao PAEL outras à reestruturação financeira."-----

Carlos Lima: "Se é reestruturação financeira a dúvida é se nos obriga a tributar ao máximo tudo o que são impostos da autarquia. Nós estamos a falar de um programa de vinte anos, e surpreende-me, por um lado pela positiva, por outro pela negativa, que se queira que ao fim de dois anos já estejam as contas do município equilibradas. Portanto, eu acho que há pressa demais, nós temos um programa para vinte anos, tudo o que se pede entre o Governo e a Troika, que dê mais tempo para suavizar a maneira de encontrar forma de efectuar os pagamentos, nós aqui conseguimos obter um prazo de vinte anos, mas estamos mais uma vez a ser mais "troikistas" que a Troika, mas estamos também a querer que, ao fim de dois anos já ter um equilíbrio, quando se calhar, podia ser ao fim de três ou quatro anos e não éramos obrigados a fazer isto como, o meu colega falou e muito bem, com as derramas, com o corte do benefício municipal, em cinco por cento no IRS dos contribuintes e todo o direito de passagem que se vai começar a cobrar, e claro que isto vai começar a reflectir-se na factura da PT, da EDP certamente. Portanto nós estamos aqui a assistir a um aumento, que é isso que eu pergunto, se é obrigatório ou não? Um aumento para o máximo de tudo, para conseguirmos ao fim de dois anos, e se calhar, por isso é que o responsável governamental pelas autarquias, o senhor Miguel Relvas que veio dizer que as autarquias tinham que poupar quinhentos milhões, não sei bem em quanto tempo, agora sei bem ao custo de quê e pago por quem. Foi por as piscinas fecharem, foi por falta de pagamento das rendas, das bolsas de estudo, foi à custa disso que se calhar as autarquias pouparam muitos milhões. A minha pergunta concreta era essa, se não será melhor colocar esse reequilíbrio financeiro, esses dez milhões, se não seria de se ponderar, e se rapidamente estamos a pensar em equilibrar as contas, em vez de dois anos, demorarmos três ou quatro, estamos a falar de dez milhões de euros em orçamento de cinquenta ou sessenta milhões mesmo sem os IMIS. Mais grave vai ser ainda o IMI para o próximo ano, porque eu percebi, quando o Professor falou no contributo que os detentores de segunda residência devem ter para com o município, agora parece-me que não foram eles que obrigaram a Câmara a fazer mais infra



estruturas, foi a Câmara que os convidou a vir para cá, oferecer-lhes, e bem, o turismo que nós temos e cativou os portugueses a comprarem cá uma segunda habitação. Parece que se está a querer inverter as coisas. Eles vieram para cá para investir no nosso concelho, e agora parece que estão a ser culpados por isso e vão ter que pagar, mesmo que estejam cá só um mês, vão ter que pagar como se estivessem os doze meses. Portanto é só esta observação. "-----

Francisco Calhau: "A minha questão é que nós na realidade estamos perante uma situação em que vamos ter que ser obrigados a reduzir a despesa, mas por muito que façamos, não vamos conseguir compensar a perda daquela receita que era a base de funcionamento não só desta Câmara, como todas do Algarve. A preocupação que, manifestamente, todos poderemos ter, será esta, que é inevitável que vamos recorrer a esta possibilidade que o governo nos põe em cima da mesa, depois com algumas situações que vão ser na realidade extremamente penosas e prejudiciais para a economia local. Não há dúvida é que nós sentimos a obrigação, porque sabemos da necessidade desse empréstimo, de aprovar esses impostos, porque sabemos que não há alternativa, é obrigatório, teremos de ter efectivamente uma candidatura ao PAEL. Postas as coisas assim, aí não há solução, sabendo de antemão que não vêm ajudar em nada àquilo que é a actividade. Agora o que me preocupa para lá disso, é que é uma situação a que todos nós temos de nos habituar e encarar face à crise que aí está, e portanto passa-se em Albufeira, passa-se em Portimão, em Faro e por aí fora. A questão é mantendo-se o problema, que é a falta dessa receita, como é que vamos encarar o futuro, o que é que teremos de fazer, eu até considero pessoalmente, que despesas de pessoal, na ordem de trinta e dois por cento, que aí está, não é nenhum drama. Eu não considero que um município tenha a necessidade para garantir a sazonalidade, de ter feito infra estruturas que eram básicas e essenciais, e com elas a crescer recursos para as sustentar, eu acredito que numa situação destas não é com despesas de pessoal que está o drama. Poderá estar eventualmente, é o condicionalismo que existe sobre a forma como se pode "jogar" com as pessoas, e eu penso que nessa situação, com trinta e dois por cento de despesas, a aplicação daquela regra de substituição de três por um, é extremamente boa nos próximos anos para conseguir manter essa perspectiva."-----

Vice-Presidente: "Eu quero referir que a redução com o pessoal que se prevê não tem nada a ver com o que já ouvi por aí, nada tem a ver com o despedimento de pessoal. É bom que fique aqui escrito e dito, que este município não tem intenção de despedir pessoal nenhum, até porque não há regras para a função pública que o permita. Por outro lado, também quero dizer que como nós, no fundo seguimos as boas práticas de gestão relativamente ao pessoal, contrariamente àquilo que alguns possam pensar, não temos nenhuns contractos a prazo a termo certo, por exemplo, a Câmara de Faro não renovou contrato com duzentas ou trezentas pessoas, nós não temos essa



possibilidade, porque não temos praticamente pessoal com contractos a prazo. As despesas com redução de pessoal têm a ver com uma suposta regra de três por um, tem a ver com o número de reformados, eventualmente, alguma mobilidade que possa haver para outros municípios ou outros serviços da administração pública, e também das reestruturações que vamos fazendo. Como sabem, vai haver uma nova reestruturação a nível dos cargos de dirigentes da função pública, que são os Directores de Departamentos e Chefes de Divisão. Relativamente à questão do empréstimo de dez milhões de euros, que tem de ser através da banca comercial, já falei com vários bancos, com vários representantes de bancos, que manifestam alguma aceitação, alguma simpatia com o facto de, não dez milhões de euros num banco apenas, mas distribuído por vários bancos, ou em sindicato, provavelmente pode vir a acontecer, que seja relativamente fácil contratualizar este empréstimo com mais que um banco. No que diz respeito à concessão das águas e saneamento, obviamente que, se isso vier a acontecer, tem que ser baseado em estudos de mercado e de sustentabilidade, com certeza que será previsto nesse estudo a transferência de algum pessoal para essa nova concessionária, essa nova concessionária deverá pagar uma renda durante um período de tempo, esses estudos serão feitos por forma a que salvaguardemos aquilo que é a facturação e a tarifa do consumidor. Com certeza que haverá redução de despesa quer a nível de pessoal, viaturas, combustível. O Miguel falou das Águas do Algarve, obviamente é um ponto importante o pagamento que as Águas do Algarve têm a receber. Relativamente à questão do Carlos Lima em relação ao IMI, o IMI é o único imposto que tem a ver uma parte com o PAEL e outra parte com o reequilíbrio financeiro. O PAEL só obrigaria a fixar a taxa naquela que será a aprovada para este ano, a outra parte tem a ver com o reequilíbrio financeiro, mas só o IMI; quanto aos outros, direitos de passagem, derrama, IRS, esses não. Na questão do IMI, podemos pensar que existe possibilidade de haver nos próximos anos alguma redução no pagamento do IMI, sem que se modifiquem as taxas, há possibilidade de se fazer uma revisão, portanto o que pode vir a reduzir o IMI por outra razão, desde que não ponha em causa a questão do equilíbrio financeiro que vai ser feito, a partir daqui não há mais possibilidade de se falhar, obviamente que não. Por outro lado, é preciso não esquecer que, à parte disto temos reduzido muito a despesa na "gordura" do município, vão ver aí na questão do orçamento comparativo com o ano passado, reduzimos bastante não apenas no fecho de infra estruturas, mas reduzimos imenso em combustível, nas comunicações, na questão da alimentação, não porque a alimentação das cantina reduzisse a qualidade, mas por haver outro modelo de confecção, reduzimos na questão dos transportes, reduzimos numa série de coisas. Na questão do pessoal temos cerca de trinta e dois por cento de custos de pessoal, temos à volta de vinte e três milhões de euros de custos, não só em relação aos vencimentos mas também todos os encargos, Caixa Geral de Aposentações, sindicatos, os chamados



descontos, à volta de vinte e três milhões de euros por ano, já é uma verba bastante grande. Obviamente, que o pessoal fará falta, mas fará falta porque há estruturas, há a biblioteca, há escolas, há as piscinas, há uma série de estruturas que obrigam a ter pessoal para se manterem em funcionamento. Se não tivéssemos estruturas não teríamos necessidade de ter esse pessoal, mas uma vez que temos as estruturas, temos a necessidade de ter esse pessoal, mas também temos necessidade de racionalizar os custos e as despesas."-----

Professor Carlos Lobo: "Relativamente à questão do reequilíbrio, o PAEL obriga, no caso de haver dívida em atraso, fazer o reequilíbrio, ou seja, na prática condiciona o PAEL à existência de um reequilíbrio para o montante excedente, não é uma opção. No que diz respeito às questões do IMI, a questão das segundas habitações, e a questão do modelo de sustentabilidade do futuro do município, há pouco disse que este plano assenta num pressuposto que essas receitas nunca voltarão, quer na óptica do IMT quer na óptica das taxas urbanísticas, por isso é que eu digo que mais do que um plano financeiro, este plano traduz um plano de ajustamento estrutural do município a uma nova realidade, e aí é que entra o IMI, que aparece como o complemento que é essencial para que o município no futuro não dependa das receitas conjunturais, IMT e taxas urbanísticas. Na prática, para mal dos proprietários, serão eles que no futuro sustentarão a infra estruturação urbanística do município, porque o IMI é uma contribuição especial que tem um único fundamento: remunerar o município pelos serviços urbanísticos que prestam ao proprietário, a casa de nada valoriza se não tivesse uma estrada, se não tivesse iluminação pública, se não tiver um jardim. Quem é que paga estas infra estruturas? É o município. É o município que sustenta, e o proprietário tem que compensar o município por essa manutenção de infra estruturas. Tem de ser explicado ao munícipe, ao proprietário, aquilo que ele recebe da autarquia. Temos as escolas, as piscinas, os transportes, são infra estruturas que suporta o município e que as está a ceder ao munícipe e pelo facto de ter havido esta redução destas despesas conjunturais o município está com dificuldades em suportá-las. Qual é a única forma que o município tem de forma estrutural de as manter? É basicamente reportando-as directamente à infra-estrutura em si, que é o imóvel do proprietário, ou seja, neste modelo, dito de reciprocidade, entre aquilo que o município gasta e aquilo que é beneficiário, obviamente que os proprietários vão ser obrigados a pagar um pouco mais, mas também são eles que beneficiam das infra estruturas do município. Relativamente às segundas habitações, a questão é quem as paga se são os proprietários que estão cá todo o ano, e por alguma razão teriam de pagar água mais cara, porque a consomem, enquanto que aqueles que vêm cá só um mês só abrem a torneira durante um mês, podia-se fazer um ajustamento ao nível dos preços ou das tarifas variáveis, ou tinha de ser com base fixa, obviamente que a infra estrutura quando é criada, é criada para aquela habitação, a habitação está lá, quer seja habitada



um dia ou 365 dias, independentemente do número de dias que a habitam, aquela habitação tem de pagar, o município investiu na atracção de novas edificações, através da aplicação do valor do IMT e das taxas urbanísticas, é neste modelo de sustentação financeira com base nas receitas de imobiliária, quando isso cai, o que é que radica? O que radica é a parte estática. Em municípios com o perfil de Albufeira, e todos no Algarve, este aumento das taxas do IMI, que é proporcional e obviamente vai causar muitos encargos à população, têm um impacto mais do que justo, porque na prática sujeitos residentes que oneraram as infra estruturas e causaram custos também vão ter de os onerar, ao contrário, muitas vezes, de outras medidas de âmbito mais focalizado na economia local, respondendo à questão eu acho que este padrão de ajustamento que aqui está é um padrão que é possível ser mantido no futuro, partindo do princípio que nunca voltarão a existir as receitas que sustentaram o modelo anterior. O que é que é preciso fazer aqui? É explicar às pessoas, efectivamente, o que é que o município gasta com as escolas, com as piscinas, com a iluminação pública, com a segurança, com o arranjo das vias públicas, e demonstrar que para aquela freguesia, para aquela zona, existem aquelas infra estruturas que se estão a depreciar e que a Câmara tem que as amortizar, e daqui a vinte anos tem de construir uma nova, e demonstrar que esses custos estão a ser imputados como se fosse um condomínio a todos os munícipes. Se houver desajustamentos adaptam-se os factores de localização, ou seja, são as formas de afinar os valores. Neste modelo, temos a possibilidade de termos um equilíbrio estrutural do município de Albufeira, de longo prazo, assente num modelo eficiente, ou seja, quem beneficia ser efectivamente aquele que paga. Se se explicar às pessoas e se perceberem o efeito que o município faz, se for demonstrado, a legitimação, depende da informação e da transparência com que as situações sejam expostas, ou seja, neste modelo mais que uma medida de emergência de aumento de receita, é uma medida de ajustamento estrutural de sustentabilidade futura do município, porque neste modelo, é a única forma que o município tem de tirar riqueza daquilo que investiu para atrair."-----

Francisco Calhau: "Eu tenho algum receio, que na prática o que possa acontecer é essencialmente os residentes não pagarem o IMI, ou seja, que tenha um efeito perverso no sentido de acelerar aquilo que já se passa em todo o Algarve em geral, que é uma saída de residentes estrangeiros, é esse o meu receio, poderá haver uma queda significativa, e tudo indica que possa acontecer."-----

Francisco Oliveira: "Quando o senhor Vice-presidente falou na despesa com o pessoal, de vinte e três milhões de euros, penso que não corresponde a trinta e dois por cento, porque se o valor da receita deste ano, ao ano passado equivale a cinquenta e seis milhões, estamos a falar em cerca de cinquenta por cento, já com os encargos de segurança social, e por outro lado, a razão pelo qual entre dois mil e sete e dois mil e dez o aumento da dívida do município foi de mil e trinta por cento. São estas variáveis



que me incomodam e preocupam, se na verdade nós temos um “phasing out”, se na verdade vamos ter um decréscimo, a não ser quando falamos no IMI, se poderemos ter encargos e não podemos cortar nas “gorduras” porque, efectivamente, são situações que dependem de outras variáveis, e caminhamos para uma situação em que vamos hipotecar o município, eventualmente não sabemos se os dez milhões vêm ou não, esperemos que sim, embora toda esta situação seja complexa e nos arraste para uma situação em que, se calhar, em quatro ou cinco anos podíamos estar a renovar, apesar de ser um estudo conservador, para além de todo o problema nacional, embora estejamos a discutir Albufeira, temos de ter em consideração que os impostos vão subir, a diminuição do consumo vai acontecer, e portanto até que ponto esta situação poderá ou não ser razoável, perante estas questões e opções que o município foi tomando até esta data, verifica-se que não houve uma tentativa de tentar perceber o que realmente havia, e tentar acautelar, estancar esta situação.”-----

Carlos Lima: “No plano de reestruturação temos à volta de dez milhões e prevê-se que seja um juro de oito por cento, para se pagar em não sei quantos anos, portanto estamos a falar em milhões de juros. É dito que não se pode negociar directamente com as empresas porque a lei não permite, mas todos os dias de vê as leis a serem alteradas, são alteradas para tudo, é nos ordenados, é nos subsídios de férias, só não são alteradas quando está em causa a banca, e se nós queremos dinheiro, temos de ir à banca, porque nós vamos à banca pedir dinheiro para pagar às Águas do Algarve e as Águas do Algarve não vão cobrar juros, vão receber os dezassete milhões, se nós negociássemos directamente, é uma questão de alterar a lei, é simples, agora não há é interesse político para esse efeito, e como não há interesse político nós vamos continuar com essa dificuldade. Nós estamos a falar em períodos de crise, em situações excepcionais, e para situações excepcionais têm de ser criadas leis excepcionais. Essa lei não é criada, não percebo porquê. Porque é que a Câmara não pode negociar directamente com as Águas do Algarve, com a Algar, e pagar isso se calhar em três ou quatro anos, o que poupa de juros paga mais depressa isso. Claro, isso não é equacionado porque a banca, infelizmente, tem de estar sempre metida nestas coisas, porque eles vivem dos juros, e como vivem dos juros as leis são feitas à medida para nós sermos obrigadas a pedir-lhes financiamento. Essa é uma questão, porque é que a lei não é alterada, porque é que os municípios não pressionam o Governo para alterar essa lei que é tão simples alterar, e negociam directamente com os credores, portanto eu acho que isso é uma questão que se pode facilmente ultrapassar, não há é interesse político em ultrapassar isso. Ao ler o relatório pareceu-me que estão previstos uns cortes nas associações entre sessenta a oitenta por cento, eu percebi que eram subsídios às associações. Estamos a falar de um corte de oitenta por cento a instituições que toda a gente sabe, vivem porque a Câmara apoia, portanto com isso estamos a querer dizer que vão acabar essas associações, esses clubes. Eu sempre



defendi que se calhar se estava a gastar algum dinheiro a mais com essas associações, quando se estava a apoiar coisas que não competia a essas associações fazer ou pelo menos não competia à autarquia apoiar essas associações, para fazerem algum tipo de serviço, que não fosse aquilo que é substituído, o dever das autarquias que é proporcionar o desporto, o lazer à classe mais nova. As pessoas tinham de ser sensibilizadas a contribuir para o lazer, e conseguiu-se isso, nunca foi política desta Câmara, porque havia dinheiro, agora de repente acabou-se o dinheiro, vai-se deixar cerca de oitocentos miúdos sem prática desportiva, se forem campeões regionais, se ficarem em primeiro lugar não têm hipóteses porque não há transportes para fora do Algarve, portanto não vão competir nos campeonatos nacionais, eu vejo isso com uma grande preocupação, essas eu não considero "gorduras", considero sim quando se dá subsídios para sustentar equipas de futebol seniores, desde sempre fui contra isso, agora há que garantir que uma equipa de miúdos de doze/treze anos são campeões regionais, tem que lhes ser garantido o direito de ir ao campeonato nacional, isso tem de ser garantido, e tem de ser a autarquia a garantir isso porque não são os pais nem os atletas, se bem que têm que começar a contribuir, mas não são eles que têm a capacidade para pagarem transporte para irem a Peniche ou ao Porto ou a Lisboa, portanto representar Albufeira através da nossa juventude. E quando eu vejo aí uma redução que pode chegar aos oitenta por cento, que me parece que é nos subsídios onde isso está incluído, isso preocupa-me, é com mágoa que eu vejo a autarquia a ter que cortar nessas situações. Quanto ao IMI todos nós sabemos que o povo português é um povo que é empurrado para a compra de casa, porque o arrendamento nunca funcionou, o crédito era barato, fomos todos empurrados porque era mais barato comprar uma casa do que alugar, portanto há muita gente que é proprietário por "acidente", foi quase obrigado a ser proprietário, e hoje é confrontado com o aumento de trinta e sete por cento, depois no relatório prevê-se um não pagamento de três por cento, eu acho uma percentagem muito optimista, mas só de três por cento do universo todo de Albufeira, com este acréscimo que vai haver e não havendo essa contenção que estava prevista, eu temo que seja por aqui que isto vai rebentar tudo. Não foi pela TSU, vai ser pelo IMI, porque quando as pessoas virem que o que vão pagar, e há casos de mais de duzentos ou trezentos por cento, as pessoas vão ter de pagar já no próximo ano, espero estar enganado, mas é por aí que vai começar qualquer coisa que ninguém estava a prever e vai ser mau para toda a gente, porque as pessoas não vão ter capacidade de pagar, toda a gente sabe como é que as avaliações estão a ser feitas, são erros atrás de erros, chegou-se ao ponto que para reclamar as pessoas quase têm que pagar para ir às finanças perguntar se aquilo foi bem avaliado ou não vão ter de pagar duzentos euros, para perguntar se fizeram bem ou não. Eu não estou a perceber bem onde isto vai parar, e agora com esta medida que eu não sabia que ia ser tomada, acho que temos de estar todos preparados para uma grande reacção porque agora vão



ser também os proprietários, que somos quase todos. Acho que não havia necessidade de rapidamente ter que se mudar os coeficientes, se o Governo não faz isso de outra maneira, a autarquia tem essa possibilidade, porque eu acho que não há necessidade de aumentar em trinta e sete por cento de um ano para o outro, tudo se consegue fazer, só não se consegue mudar estas leis, mudar os contractos das PPP's, não se consegue que o IVA que é gerado dentro do município, uma percentagem seja receita da autarquia, não percebo porquê, ou as autarquias não têm força reivindicativa, porque é aí que vamos buscar receitas, e receitas que são geradas no nosso concelho. E quanto ao IMI, o IMI é para ressarcir a Câmara dos investimentos que faz, e as organizações que a Câmara ainda não tomou posse e não faz lá nada? Não arranja uma estrada, essas pessoas também pagam IMI, há muitas zonas de Albufeira onde existem urbanizações que não foram entregues à Câmara, mas no entanto o IMI já é pago por esses proprietários. Agora temos de ser honestos e chamar as coisas pelos nomes, e há pessoas que estão a pagar o IMI, pagaram na altura que compraram a casa, e agora não têm nada que é pago pela Câmara porque a urbanização ainda não está entregue, e continuam a pagar o IMI, portanto são situações que têm de ser acauteladas, e acho que devemos ser mais racionais, tem que se explicar bem às pessoas. Mas quando as pessoas não têm dinheiro para pagar não há explicação possível. É isso que tem de ser ponderado, e depois há que ter a capacidade, e não é com exemplos daqueles que vimos no Congresso da Associação Nacional de Municípios, não é assim que as autarquias conseguem pressionar o Governo a aceitar propostas que a autarquia tem por boas, como seja o IMI, como seja negociar directamente com os credores. Portanto, eu acho que as autarquias estão a perder a autonomia, mas vamos continuar a pensar que ainda temos alguma força, e que ainda podemos impor alguma coisa ao poder central, sob pena de sermos um veículo de transmissão do Governo para as populações, e isso é uma fraude que estamos a fazer."-----

Professor Carlos Lobo: "Eu também critiquei ao início o facto de os municípios não poderem negociar directamente a dívida, é algo que deriva da primeira Lei das Finanças Locais, e foi reforçada em mil novecentos e noventa e seis pelo Tribunal de Contas e foi mantida até hoje, depois em dois mil e sete na Lei das Finanças Locais que obrigou, basicamente sempre com o argumento que como ela iria onerar as gerações futuras, só um plano de reestruturação, saneamento ou equilíbrio é que ela deveria ser feita, ou seja, foi esse o princípio. Mas eu critico, como disse o senhor Vice-Presidente, já não havia autonomia, este é um exemplo claro, na prática essa é a situação. Relativamente à questão do IMI, a questão da não infra estruturação de determinados loteamentos, é também um exemplo da situação estrutural dos municípios Algarvios, porque houve um dia entre o "boom" da urbanização, em que num primeiro mês inicial as taxas de urbanização não continham um valor suficiente para fazer a infra estruturação toda de proximidade da urbanização. Os centros históricos



desapareceram, toda a gente desapareceu para fora, não houve essa infra estruturação, porque também não foi imposto ao urbanizador o custo da infra estruturação, que deveria ter sido imposto, o que aconteceu depois foi que basicamente vai-se correr atras do prejuízo, utilizando as verbas da nova infra estruturação e das novas vendas, só que há um "delay", quando cai o modelo do crescimento a nível de IMT, os municípios continuam a fazer as despesas de infra estruturação que estavam a cometer, mas já não consegue refinarçar-se com a nova urbanização, ou seja, é um modelo a nível precário. O que acontece simultaneamente, a questão dos "phasing out" dos fundo comunitários aqui é importante, porque esse custo de infra estruturação de proximidade era disfarçado com os oitenta e cinco por cento de financiamento dos fundos de coesão, na prática durante trinta anos houve um subvencionamento efectivo à construção nova fora de expansão, primeiro por não imposição e depois com uma infra estruturação por via de fundos comunitários, e na prática nunca ninguém pagou o custo efectivo da sua própria propriedade, por isso é que isto se expandiu, porque se toda a gente tivesse pago não se expandia tanto, nem as pessoas saíam dos centros históricos onde a infra estruturação já está feita, isto é o modelo do que aconteceu em Portugal, primeiro uma falha do sistema financeiro, depois por causa dos fundos comunitários, quando isto cai tudo ao mesmo tempo temos aqui uma situação de ruptura, e, obviamente, que no futuro já não vai existir, é provável, este subvencionamento visto de outra forma é um investimento. A autarquia durante muitos anos investiu para atrair imóveis por esta via, só que o problema é que agora já não tem como investir, depois tem outro problema, a construção das infra estruturas é financiada mas a manutenção e operação delas não é, ou seja, quanto maior fosse o sucesso da infra estruturação maior é o custo actual da sua manutenção. Agora a questão é: quem é que paga isto? Eu costumo dizer que a geração neste momento está a pagar a dívida dos pais, que é dívida que já existia, como está a pagar a dívida dos filhos, porque neste momento o custo das PPP's, etc., estamos a pagar as nossas, as dos pais e as dos filhos. A questão do IMI também me choca mas isto não foi tomado de ânimo leve, não há prazer nenhum, nem tecnicamente, quando fizemos as simulações, tivemos de ser muito cuidadosos nos efeitos, mas o facto é que são obrigatórios por lei, e se quisermos ter acesso a esta linha, que é uma linha que existe, então temos que fazer, não há uma autonomia. Se os municípios não aderem a isto, vão ter problemas muito graves, estão a desperdiçar uma oportunidade única para resolver a situação, é uma taxa que é boa em todas as circunstâncias de mercado que aqui tem, agora é, efectivamente, uma taxa de esforço, relativamente à questão tecnicamente dogmática, eu acho que em termos de justiça acho que faz sentido serem os proprietários, que são beneficiados de infra estruturas, a sustentar, faz sentido em termos técnicos, mas é preciso que o município mantenha a sua capacidade de assistência social e de apoio social, e ele só consegue manter se tiver esta



reestruturação, tem de haver um subvencionamento direccionado, mas é preciso que o município tenha essas capacidades. E para isto ser feito existem estas regras, e as regras têm que ser cumpridas, senão estávamos a fazer um plano que nunca poderia obter vencimento nas comissões de apreciação."-----

Vice-Presidente: "Para responder ao senhor Carlos Lima sobre a questão dos juros das empresas, é bom ver e é preciso que se tenha em conta que as empresas a quem se deve dinheiro também podem cobrar juros à Câmara sobre o prazo dos pagamentos, não é só o banco que cobra, a Algar, as Águas do Algarve, todas essas empresas, até mais pequenas podem cobrar. Relativamente à questão das associações, obviamente que nós teremos que encontrar aqui uma saída, e quando se fala entre sessenta e oitenta por cento de redução é do ponto de vista muito conservador, do ponto de vista um pouco pessimista e que nada obriga. Temos é de cumprir aquilo que está legislado, não aumentar os pagamentos em atraso, sanear financeiramente, reduzir alguma despesa que seja possível, tem que se ser mais racionalizado, os critérios têm de ser mais justos, o objectivo é esse, e ninguém está na vontade de querer aumentar impostos. Em relação à questão das urbanizações que pagam o IMI e depois a Câmara não faz lá nada nesses loteamentos, é preciso ver que há muitas infra estruturas de urbanizações e loteamentos que ainda não estão entregues e já têm alguns anos, as pessoas não sabem porque é que isso acontece, qualquer proprietário de uma urbanização que fez as infra estruturas tem de deixar uma caução, e essas cauções, essas garantias a maioria das vezes não chegam para cobrir aquilo que faltará fazer nessa urbanização. O que vem criar aqui um problema, agora imaginemos com a Lei dos Compromissos, é evidente que a Câmara podia substituir esse empreiteiro, esse proprietário, só que neste momento até essa Lei é impossível de se cumprir, obviamente que as pessoas que pagam o IMI deveriam ter as infra estruturas até ao pé da casa delas, mas nem sempre isso é possível assim de uma forma tão linear e tão simples, é extremamente complicado."-----

Francisco Oliveira: " É óbvio que nós chegámos também a estas circunstâncias pelas opções que foram tomadas e muitas delas de forma errada. Nós entendemos que, de facto, como o senhor Vice-Presidente falou há pouco, os deputados votaram favoravelmente alguns empréstimos, enfim, votamos conscientemente para obras que entendíamos como de primeira necessidade, e que eram de facto fundamentais para o concelho, já não votávamos ou estaríamos contra e dissemos várias vezes que havia despesas desnecessárias para a população de Albufeira, e muitas vezes eram dispêndios que não traziam o retorno necessário. E vou dar um exemplo concreto, de facto o valor é pequeno, mas soube que ontem foi aprovado pelo executivo uma decisão/deliberação em que seriam pagos vinte e dois mil euros para um projecto para um parque lúdico daqui de Albufeira, ou para ser reestruturado. Quer dizer, o Carlos Lima acabou de dizer que neste momento já não há dinheiro para pagar gasóleo para



levar as crianças a determinado local, e no entanto faz-se um pagamento de vinte e dois mil euros para um projecto já nas circunstâncias em que nos encontramos, ou seja estamos a discutir o PAEL, estamos a discutir uma reestruturação, e a resposta que foi dada foi de que são opções, e portanto é com estas opções que nós caminhamos para a opção final."-----

Nuno Lisboa: "A Lei das Finanças Locais de dois mil e sete veio contribuir também em grande parte para a situação em que estamos hoje? A segunda questão é que nós só estamos a concorrer ao PAEL porque até então não tínhamos a dívida suficiente ou necessária para recorrer, disse que durante um ano e meio tentou negociar com a banca, o que pressupõe que mesmo que este executivo quisesse negociar o plano de reestruturação não havia financiamento disponível?"-----

Vice-Presidente: "Nuno, sobre o PAEL, o PAEL só foi criado agora, não existia antes, esta cronologia começou no dia de Carnaval, a Lei dos Compromissos, de vinte e um de Fevereiro, depois foi a vinte e um de Junho foi a regulamentação da Lei dos Compromissos, e depois foi criado o PAEL, publicado em Agosto, e a Portaria permite a candidatura ao PAEL. Antes havia aquilo que era possível fazer em termos de reequilíbrio financeiro ou de saneamento financeiro. A questão da negociação com a banca, não teve a ver com este município, de qualquer maneira é um exemplo, da dificuldade que existe, tendo em conta não só o valor em causa, como também as características e a natureza do município que é. A questão da dívida e dos pagamentos em atraso, das receitas e das despesas tem muito a ver com os municípios, não são todos iguais, a questão da regeneração ou não que um município possa ter melhor do que o outro. Relativamente a não haver gasóleo para os autocarros, não é por não haver gasóleo que se deixa de transportar clubes desportivos para fora do distrito, é, principalmente, por via da questão do pagamento aos motoristas, são horas extraordinárias ao fim de semana, é completamente diferente, se estamos a falar de uma visita de estudo, reduzir as visitas de estudo para uma ou duas por cada agrupamento para fora do distrito, lá está, é dia normal de trabalho, é completamente diferente."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: cinco (05) Luis Fernandes, Francisco Oliveira, Paulo Xufre, Carlos Lima e Sara Serra;-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezassete (17) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Maria Eugénia Baptista, Nuno Lage e Lisboa, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Gabriel, Maria Isabel Mateus, Rui Bernardo, Helena Simões, Carlos Santos, Miguel Mesquita, Ana Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira,



Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausência: três (03) Pedro Farinha, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Olhos d'Água -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes.-----

Francisco Calhau apresenta declaração de voto.-----

Ponto 3 da Ordem do Dia
Sessão Extraordinária
de 3 de Outubro 2012

Declaração de voto

O signatário, funcionário do Município de Albufeira, justifica o meu voto favorável à candidatura da edilidade do programa de desenvolvimento lançado pelo governo, disposto por AEC, com o objectivo de esta poder fazer face às dívidas que possuem os concelhos eleitos.

Contudo, este meu voto favorável, não se baseia na rubrica apresentada, da autoria de Grant and Young, do qual despendo por um lado em termos políticos por outro na forma e nos sugestões feitas sobre algumas medidas que me parecem interessantes e assim por esta rubrica deve ser lançada, como uma nova base de trabalho, visando algumas coisas.

O membro desta Comissão
Francisco Calhau
Linha para a



Antes de encerrar a sessão, são aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:04 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 4 de Outubro de 2012 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

A SEGUNDO SECRETÁRIO _____